

Rui Stoco



PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

• Processo Disciplinar na Administração
Pública, no Conselho Nacional
de Justiça e nos Tribunais

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**



Rui Stoco

Processo Administrativo Disciplinar – Processo disciplinar na Administração Pública, no Conselho Nacional de Justiça e nos Tribunais



1.ª edição

MARISA HARMS
Diretora responsável

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613.8400 – Fax 11 3613.8450
CEP 01136-000 – São Paul, SP, Brasil

TOCOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

e desta edição
[2015]

Visite nosso site
www.rt.com.br

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas

Tel. 0800.702.2433

e-mail de atendimento ao consumidor
sac@rt.com.br

Impresso no Brasil [05-2015]

Profissional

Fechamento desta edição: 15.05.2015



ISBN 978-85-203-6311-9

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Sobre o Autor.....	11
Prefácio.....	15
Apresentação.....	17
Resumo Geral.....	19
Índice Sistemático.....	21
Tábua de Abreviaturas.....	43

TÍTULO I Procedimentos

Capítulo I SINDICÂNCIA

1. CONCEITO.....	47
2. INSTAURAÇÃO	49
3. INSTRUÇÃO E CONCLUSÃO	51
4. VERDADE SABIDA.....	52

Capítulo II PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM ESPÉCIE

5. CONCEITO E NOÇÕES GERAIS.....	55
6. INSTAURAÇÃO	58
6.1 – Obrigatoriedade.....	58
6.2 – Competência.....	59
6.3 – Avocação do processo e delegação de competência.....	61
6.4 – Normas aplicáveis aos procedimentos disciplinares	62
6.5 – Fases e formas do processo administrativo disciplinar	62
6.6 – Servidor aposentado	65
7. PRAZOS	66
7.1 – Início.....	66
7.2 – Conclusão	66
7.3 – Prorrogação.....	67
8. PORTARIA	68
8.1 – Instauração, requisitos e acompanhamento do processo.....	68
8.2 – Competência para expedição de portaria inaugural	69
9. CITAÇÃO E NOTIFICAÇÃO	69
9.1 – Efetivação e considerações gerais.....	69
9.2 – Prazo.....	70
9.3 – Por edital	70
9.4 – Por via postal	70

9.5 – Revelia	70
9.6 – De militar	70
10. REGULARIDADE PROCESSUAL	70
10.1 – Juntada de documentos	70
10.2 – Extração de peças para instauração de inquérito policial	72
10.3 – Comunicação de crime não funcional pela autoridade policial à Administração	72
10.4 – Nulidades	72
11. A FASE INSTRUTÓRIA: PROVA TESTEMUNHAL E DOCUMENTAL	74
11.1 – Inquérito Administrativo: defesa prévia, inquirição do denunciante e interrogatório do indiciado	74
11.2 – Testemunhas	75
11.3 – Documentos, diligências e perícias	75
12. ALLEGACÕES FINAIS DA DEFESA	76
13. DECISÃO (JULGAMENTO)	76
13.1 – Relatório e decisão	76
13.2 – Publicação	80
13.3 – Execução da decisão	81
13.4 – Pedido de reconsideração	82
13.5 – Recursos	83
13.6 – Revisão	83
14. COMISSÃO PROCESSANTE	83
14.1 – Conceito e considerações gerais	83
14.2 – Hipóteses em que se exige	85
14.3 – Composição	86
14.4 – Impedimentos	86
14.5 – Afastamento dos membros da Comissão do exercício dos cargos respectivos	86
15. DEFENSOR E DEFESA	86
15.1 – A autodefesa	86
15.2 – Defensor nomeado ou constituído	87
15.3 – Retirada dos autos das dependências da repartição pública	87
16. SERVIDORES EFETIVOS, NÃO EFETIVOS OU LICENCIADOS	88
16.1 – Responsabilização	88
16.2 – Responsabilização de quem não é mais servidor público	88

TÍTULO II

Penas disciplinares

Capítulo III

PENALIDADES E COMPETÊNCIA PARA SUA APLICAÇÃO

17. CONSIDERAÇÕES DOUTRINÁRIAS	91
17.1 – Breves considerações gerais	91
17.2 – A imposição de pena pela verdade sabida	93
17.3 – O poder disciplinar e suas consequências	93
18. ADVERTÊNCIA E REPREENSÃO	94
18.1 – Advertência	94
18.2 – Repreensão	95

19. APOSENTADORIA COMPULSÓRIA	95
20. CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA	96
21. CASSAÇÃO DE DISPONIBILIDADE.....	99
22. CENSURA.....	101
23. DEMISSÃO	102
24. DEMISSÃO A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO	107
25. DESTITUIÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO	112
26. DESTITUIÇÃO DE FUNÇÃO COMISSIONADA	115
27. MULTA	117
28. REMOÇÃO COMPULSÓRIA.....	119
29. SUSPENSÃO.....	119
29.1 – Considerações e hipóteses de aplicação.....	119
29.2 – Afastamento ou suspensão preventiva	121

TÍTULO III
Questões processuais

Capítulo IV
DIREITO DE PETIÇÃO

30. CABIMENTO E AUTORIDADE COMPETENTE.....	123
31. PRAZO PARA EXPEDIR CERTIDÕES	124
32. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO.....	124

Capítulo V
RECURSOS

33. CONCEITO.....	125
34. CABIMENTO	126
35. AUTORIDADE COMPETENTE E PRAZO	126
36. EFEITOS.....	127
37. JULGAMENTO	128
38. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO.....	128
39. REVISÃO	129

TÍTULO IV
Questões doutrinárias

Capítulo VI
O SERVIÇO PÚBLICO

40. CONCEITO E OBJETIVOS	135
41. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PELO PODER JUDICIÁRIO.....	136
42. O SERVIÇO PÚBLICO E A ATIVIDADE CENSÓRIA DOS TRIBUNAIS	137

Capítulo VII**REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES**

43. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM GERAL	139
44. PODER DE PUNIR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	140
45. TITULARES E EMPREGADOS DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	141
45.1 – A condição de agente público dos notários e registradores.....	141
45.2 – Penas aplicáveis aos titulares das serventias extrajudiciais	144
45.3 – Os funcionários contratados pelos serventuários para prestar serviços nos cartórios	147

Capítulo VIII**DIREITO DE DEFESA**

46. O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA AMPLA DEFESA.....	148
47. INEXIGÊNCIA DE INSCRIÇÃO NA ORDEM PARA O DEFENSOR DATIVO.....	150
48. REABILITAÇÃO.....	152

Título V**Questões diversas****Capítulo IX****CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE E REINCIDÊNCIA**

49. PRESCRIÇÃO	155
50. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	160
51. REINCIDÊNCIA	162

Título VI**Procedimentos especiais****Capítulo X****O NASCIMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

52. A INCLUSÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA NA CARTA MAGNA.....	165
53. A CRIAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E SUA VOCAÇÃO	166
54. A ATIVIDADE CORREICIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	167

Capítulo XI**PROCEDIMENTOS PREVISTOS NO REGIMENTO INTERNO DO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CLASSES PROCESSUAIS**

55. INTRODUÇÃO.....	169
56. INSPEÇÃO (arts. 48 a 53 do RICNJ).....	170
57. CORREIÇÃO (arts. 54 a 59 do RICNJ).....	170

58. SINDICÂNCIA (arts. 60 a 66 do RICNj)	170
59. RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR (arts. 67 a 72 do RICNj)	172
60. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (arts. 73 a 77 do RICNj)	176
61. REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO (art. 78 do RICNj)	176
62. AVOCAÇÃO (arts. 79 a 81-B do RICNj)	180
63. REVISÃO DISCIPLINAR (arts. 82 a 88 do RICNj)	182
64. CONSULTA (arts. 89 a 90 do RICNj)	188
65. PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO (arts. 91 a 97 do RICNj)	189
66. PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS (arts. 98 a 100 do RICNj)	190
67. RECLAMAÇÃO PARA GARANTIA DAS DECISÕES (art. 101 do RICNj)	191
68. ATO NORMATIVO (art. 102 do RICNj)	192
68.1 - Considerações gerais	192
68.2 - Dos atos normativos em espécie	192
69. NOTA TÉCNICA (art. 103 do RICNj)	196
70. DOS RECURSOS E DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	196
70.1 - Dos recursos	196
70.2 - Dos embargos de declaração	197

Capítulo XII

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR NO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – PROCEDIMENTOS E PENAS

71. INTRODUÇÃO	198
72. O PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PERANTE O CNJ	198
73. JULGAMENTO DOS MAGISTRADOS PERANTE O CNJ	199
73.1 - A infração disciplinar	199
73.2 - Disposições gerais e conceito de processo disciplinar no Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça	199
73.3 - Instauração do procedimento	200
73.4 - Sanções disciplinares e incidência da LOMAN	200
73.5 - Afastamento do magistrado	200
73.6 - Titulares de serviço notarial e de registro – Procedimento	201
73.7 - Procedimento e penas aplicáveis aos magistrados	201
73.8 - Impedimentos estabelecidos para o Relator e demais Conselheiros	201
74. NORMAS APLICÁVEIS PARA O JULGAMENTO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES PERANTE O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	202
75. DURAÇÃO DO PROCESSO DISCIPLINAR (prazo para encerramento)	202
76. PRESCRIÇÃO	203
77. PEDIDO DE APOSENTADORIA APÓS A INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DISCI- PLINAR	203

Capítulo XIII

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR NOS TRIBUNAIS –
DEVERES DOS MAGISTRADOS E PENAS APLICÁVEIS
(RESOLUÇÃO 135/2011 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA)**

78. INTRODUÇÃO: A SUPREMACIA DA RES. CNJ 135/2011	204
79. INCIDÊNCIA DA RES. CNJ 135/2011 NOS TRIBUNAIS E DO REGIMENTO INTERNO DO CNJ NOS PROCESSOS DISCIPLINARES NELE INSTAURADOS	205
80. AUTORIDADES QUE SE SUBMETEM AO PODER CENSÓRIO DOS TRIBUNAIS	205
81. DEVERES DOS MAGISTRADOS	205
82. DAS PENAS APLICÁVEIS, PRESSUPOSTOS E CONSEQUÊNCIAS	206
83. ADVERTÊNCIA	206
84. CENSURA	207
85. REMOÇÃO COMPULSÓRIA	208
86. DISPONIBILIDADE	209
87. APOSENTADORIA COMPULSÓRIA COM VENCIMENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE SERVIÇO	212
88. DEMISSÃO	214
88.1 – Introdução	214
88.2 – Exercício, ainda que em disponibilidade, de qualquer outra função, salvo um cargo de magistério superior, público ou particular (LOMAN, art. 26, II, a) ...	216
88.3 – Recebimento, a qualquer título e sob qualquer pretexto, de percentagens ou custas nos processos sujeitos a seu despacho e julgamento (LOMAN, art. 26, II, b)	217
88.4 – Exercício de atividade partidária (LOMAN, art. 26, II, c)	218

Capítulo XIV

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR NOS TRIBUNAIS, SOB O REGIME
DA RESOLUÇÃO 135/2011 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

89. INTRODUÇÃO	221
90. OBRIGATORIEDADE DOS TRIBUNAIS DE OBEDECER AS REGRAS ESTABELECIDAS NA RES. CNJ 135/2011	221
91. CONCEITO DE “MAGISTRADO” E DE “TRIBUNAL”	221
92. DAS PENAS DISCIPLINARES APLICÁVEIS AOS MAGISTRADOS PREVISTAS NA RES. CNJ 135/2011	222
93. ADVERTÊNCIA	222
94. CENSURA	223
95. REMOÇÃO COMPULSÓRIA	223
96. DISPONIBILIDADE	223
97. APOSENTADORIA COMPULSÓRIA	223
98. DEMISSÃO	224
99. DEVERES DO MAGISTRADO	224

100. DA INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR.....	226
100.1 – Apuração preliminar dos fatos pelo órgão competente	226
100.2 – Sindicância	226
100.3 – Arquivamento dos autos de investigação pelo Corregedor	227
101. INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DISCIPLINAR INDEPENDENTEMENTE DA INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR	227
102. O PROCEDIMENTO DISCIPLINAR NOS TRIBUNAIS, SOB O REGIME DA RES. CNJ 135/2011	227
102.1 – Introdução.....	227
102.2 – Competência concorrente do CNJ e dos Tribunais	228
102.3 – Defensor técnico	228
102.4 – Defesa prévia e revelia.....	229
102.5 – Proposta ao Plenário ou ao Órgão Especial de instauração do Processo Disciplinar	230
102.6 – Relatório da acusação perante o Plenário ou Órgão Especial	230
102.7 – Abertura do Processo Administrativo Disciplinar	231
102.8 – Da relatoria no processo administrativo disciplinar perante o Plenário do Tribunal.....	231
102.9 – Afastamento do magistrado do cargo.....	232
102.10 – Prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar.....	233
102.11 – Preparação e julgamento perante o Tribunal Pleno ou Órgão Especial	233
102.12 – Instrução do processo no Plenário ou Órgão Especial	234
102.13 – Sessão pública de julgamento	236
102.14 – Aplicação subsidiária das Leis 8.112/1990 e 9.784/1999.....	237
102.15 – Anotações nos assentos ou prontuários dos magistrados	237
102.16 – Aposentadoria voluntária no curso do procedimento.....	237
103. COMUNICAÇÕES À CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	238
104. PROCESSO DISCIPLINAR CONTRA MAGISTRADO NÃO VITALÍCIO	238
104.1 – Demissão ou dispensa	238
• 104.2 – Imposição de penas sem caráter expulsório.....	240
105. PRESCRIÇÃO	241

TÍTULO VII

Apêndice

Capítulo XV

SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

106. SÚMULA VINCULANTE 05.....	245
107. SÚMULA 13	245
108. SÚMULA VINCULANTE 14.....	245
109. SÚMULA 18	245
110. SÚMULA 19	246
111. SÚMULA 20	246
112. SÚMULA 21	246

113. SÚMULA 39	246
114. SÚMULA 55	246
115. SÚMULA 56	246
116. SÚMULA 358	246
117. SÚMULA 429	246
118. SÚMULA 430	246
119. SÚMULA 673	246

Capítulo XVI

LEGISLAÇÃO

120. CONSTITUIÇÃO FEDERAL	247
121. AÇÃO POPULAR	250
122. REGIME JURÍDICO DOS POLICIAIS CIVIS DA UNIÃO E DO DISTRITO FEDERAL	250
123. ABUSO DE AUTORIDADE	254
124. LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL – LOMAN	257
125. NORMAS GERAIS NA ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	273
126. NORMAS DE CONDUTA DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS	279
127. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO	281
128. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	288
129. MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	293
130. LICITAÇÃO	296
131. SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO	296
132. PROCESSO ADMINISTRATIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL	297
133. REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	304
134. RESOLUÇÃO 135/2011 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	326
135. REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ...	330
136. CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA NACIONAL	352

Capítulo XVII

JURISPRUDÊNCIA

137. ABANDONO DO CARGO	366
137.1 – Caracterização	366
137.2 – Ausência do ânimo de abandonar o cargo	366
138. ABSOLVIÇÃO CRIMINAL POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS (CPP, ART. 386, VII)	366
138.1 – Ausência de influência na esfera administrativa	366
139. ABSOLVIÇÃO CRIMINAL COM BASE NO ART. 386, I, DO CPP (ESTAR PROVADA A INEXISTÊNCIA DO FATO)	366
139.1 – Impossibilidade de tomar por base os mesmos fatos para sancionar falta residual	366

140. ACAREAÇÃO	366
140.1 – Juízo acerca da necessidade de acareação exclusivo da autoridade administrativa	366
141. ADVOGADO OU DEFENSOR	366
141.1 – Acesso amplo pelo defensor aos elementos de prova em sindicância. Inadmissibilidade	366
141.2 – Falta de defesa técnica por advogado	367
141.3 – Intimação pessoal da decisão proferida. Desnecessidade	367
141.4 – Pretensão de presenciar o interrogatório dos demais acusados.....	367
141.5 – Retirada de autos do cartório ou repartição (“vista”).....	367
142. AFASTAMENTO OU SUSPENSÃO DO AGENTE PÚBLICO.....	368
142.1 – Afastamento de magistrado submetido a processo disciplinar. Possibilidade	368
142.2 – Afastamento de magistrado pelo Órgão Especial do Tribunal. Prorrogação do prazo por decisão monocrática do relator	368
142.3 – Afastamento do servidor em situações graves	368
142.4 – Afastamento pelo próprio relator.....	368
142.5 – Afastamento preventivo	368
142.6 – Impossibilidade antes da instauração do processo disciplinar	368
142.7 – Possibilidade excepcional antes da instauração do processo disciplinar.....	369
142.8 – Suspensão do servidor após ultrapassada a fase instrutória.....	369
143. ALEGAÇÕES FINAIS	369
143.1 – Falta de previsão legal. Inadmissibilidade de sua apresentação e desnecessidade de intimação para esse fim	369
144. APOSENTADORIA DO SERVIDOR OU MAGISTRADO	369
144.1 – Aplicação de pena disciplinar após a inativação.....	369
144.2 – Aposentadoria voluntária como causa extintiva da punibilidade.....	369
144.3 – Aposentadoria compulsória de magistrado. Favorecimento à quadrilha	370
144.4 – Aposentadoria compulsória do magistrado por ter completado 70 anos, que não impede a instauração ou o prosseguimento do PAD	370
144.5 – Aposentadoria voluntária no curso do procedimento.....	370
144.6 – Pedido visando impedir a instauração do PAD.....	370
144.7 – Perda do objeto. Arquivamento do procedimento.....	371
144.8 – Vínculo que se mantém enquanto o servidor for vivo.....	371
145. AUTONOMIA DAS INSTÂNCIAS PENAL E ADMINISTRATIVA	371
145.1 – Reconhecimento	371
146. AUTORIDADE ADMINISTRATIVA.....	372
146.1 – Vinculação apenas aos fatos e não à capitulação proposta pela Comissão Processante	372
147. AVOCÇÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR	372
147.1 – Ilegitimidade de parte	372
147.2 – Pressupostos.....	373
147.3 – Procedimento Administrativo Disciplinar.....	373
147.4 – Procedimento em curso tanto no tribunal de origem como no CNJ.....	374

148. CAPÍTULAÇÃO LEGAL DO FATO.....	374
148.1 – Possibilidade da autoridade adotar capitulação legal diversa da que lhe deu a Comissão de Inquérito ou autoridade diversa da que subscreveu a portaria inicial.....	374
149. CERCEAMENTO DE DEFESA.....	374
149.1 – Presença do defensor no depoimento de testemunha.....	374
149.2 – Portaria que não descreve qualquer ato ou conduta irregular.....	374
150. CITAÇÃO.....	375
150.1 – Ausência de citação. Cerceamento de defesa caracterizado.....	375
150.2 – Citação do indiciado na pessoa do seu defensor.....	375
151. COMISSÃO PROCESSANTE PERMANENTE.....	375
151.1 – Atribuição exclusiva para processar.....	375
151.2 – Autoridade administrativa que não se vincula à conclusão da Comissão Processante.....	375
151.3 – Composição. Servidores lotados em outra unidade da Federação.....	375
151.4 – Inadmissibilidade de eleger ou fixar a pena aplicável.....	375
151.5 – Paralisação do processo administrativo para aguardar o retorno de membro em gozo de férias individuais.....	375
151.6 – Parecer. Caráter meramente opinativo, não vinculante.....	375
151.7 – Relatório final.....	376
151.8 – Servidor e membro integrante não estável.....	376
151.9 – Servidores e membro integrantes de grau hierárquico inferior ao indiciado: inadmissibilidade.....	377
151.10 – Substituição de seus membros.....	377
152. COMPETÊNCIA.....	377
152.1 – Competência do Órgão Especial dos tribunais ou do Plenário, onde houver, para processar e julgar os processos disciplinares contra magistrados.....	377
152.2 – Competência concorrente entre os tribunais e o CNJ.....	378
152.3 – Militar estadual. Competência da Justiça Militar.....	378
152.4 – Militar estadual. Demissão em PAD. Competência da Justiça comum. Inaplicabilidade do art. 125, § 4.º, da CF/1988.....	378
152.5 – Presidente da República. Delegação a Ministro de Estado.....	378
152.6 – Servidor cedido a outro órgão.....	379
153. CONSELHO DE DISCIPLINA.....	379
153.1 – Dissolução. Pretensão de revisão do ato pelo Judiciário.....	379
154. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	379
154.1 – Afastamento do magistrado que responde a ação penal originária.....	379
154.2 – Aposentadoria voluntária do magistrado no curso do procedimento.....	379
154.3 – Atuação do CNJ restrita ao controle da atividade funcional dos magistrados (impossibilidade de discutir matéria de natureza judicial).....	379
154.4 – Competência originária e autônoma.....	380
154.5 – Competência restrita apenas às ações constitucionais de mandado de segurança, mandado de injunção, <i>habeas data</i> e <i>habeas corpus</i>	380
154.6 – Fatos já apurados ou que estão sendo apurados pelo órgão censor estadual..	380
154.7 – Ilegitimidade ativa das entidades de classe para a defesa de direitos individuais puros.....	381

154.8 – Instauração de processo disciplinar de ofício contra magistrado	381
154.9 – Instauração de processo disciplinar na instância competente que afasta, nessa fase, a atuação do CNJ	381
154.10 – Interesse processual. Exigência de sua comprovação para interpor PCA	381
154.11 – Julgamento do feito pelo órgão administrativo local. Impossibilidade de abertura de novas investigações perante o CNJ	382
154.12 – Legitimidade ativa dos membros do CNJ para instaurar procedimento administrativo	382
154.13 – Legitimidade ativa das entidades de classe para representar seus associados	382
154.14 – Legitimação ordinária concorrente entre a Corregedoria Nacional e o órgão censor local (tribunal)	382
154.15 – Litispendência administrativa. Hipótese de apuração dos fatos pela Corregedoria-Geral do tribunal de origem e pelo CNJ	383
154.16 – Matéria disciplinar: competência originária e autônoma	383
154.17 – Preservação da competência originária dos tribunais	383
154.18 – Pretensão de titular de serventia extrajudicial de reintegração no cargo	383
154.19 – Pretensão de obter liminar para suspender o processo disciplinar	383
154.20 – Pretensão de nova investigação dos mesmos fatos pela via da reclamação disciplinar	384
154.21 – Princípio da publicidade. Relatividade	384
154.22 – Processo disciplinar ainda em curso no CNJ. Não cabimento de PCA para impugnação de decisões do relator ou do Plenário	384
154.23 – Recurso. Prazo para sua interposição	384
154.24 – Servidor público do Poder Judiciário. Incompetência do CNJ para rever ou fiscalizar decisões dos tribunais em sede disciplinar	384
154.25 – Testemunhas. Número máximo no processo administrativo disciplinar	384
154.26 – Utilização do PCA para impugnar decisões proferidas em processos disciplinares ainda em curso nos tribunais	385
155. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA	385
155.1 – Exigência indeclinável	385
155.2 – Proibição do indiciado de assistir à inquirição do denunciante	385
155.3 – Reclamação Disciplinar no CNJ. Pretensão do reclamante de falar nos autos após as informações do reclamado	385
156. DECISÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	385
156.1 – Fundamentação e razões de convencimento	385
157. DEFESA	385
157.1 – Abuso do direito de defesa	385
157.2 – Defensor: Inexigência de que seja inscrito na OAB	386
157.3 – Direito de defesa e devido processo legal, constitucionalmente assegurados	386
157.4 – Inexigência legal da presença do defensor na audiência de instrução	386
157.5 – Ofensa irrogada ao magistrado	386
157.6 – Princípio da ampla defesa	386
158. DEFESA PRÉVIA	386
158.1 – Em processo disciplinar contra magistrado (art. 27, § 2.º, da LC 35/1979 – LOMAN)	387
158.2 – Oportunidade não concedida	387

159. DEFENSOR DATIVO	387
159.1 – Inexigência de que seja inscrito na OAB	387
160. DEMISSÃO	387
160.1 – Absolvção do servidor no âmbito criminal por insuficiência de provas.....	387
160.2 – Absolvção do servidor no âmbito criminal. Falta residual	388
160.3 – Absolvção do servidor no âmbito criminal por ser inimputável	388
160.4 – Alcoolismo como causa da demissão	388
160.5 – Ampla defesa e contraditório não assegurados	388
160.6 – Ato que pode ser classificado como de improbidade administrativa, mas não previsto expressamente na Lei 8.429/1992. Preponderância da regra prevista na Lei 8.112/1990 (Regime jurídico dos servidores da União)	388
160.7 – Ausência de decisão judicial com trânsito em julgado na ação penal	388
160.8 – <i>Bis in idem</i> . Inexistência. Anulação de portaria anterior, que aplicou penas de advertência e suspensão, substituídas pela pena de demissão	389
160.9 – Capitulação diversa da original	389
160.10 – Competência do Presidente da República. Possibilidade de delegação a Ministro de Estado	389
160.11 – Decisão da autoridade discordante do parecer da Comissão Processante.....	390
160.12 – Demissão do servidor estável antes do julgamento da ação penal pelo mesmo fato (crime funcional).....	390
160.13 – Demissão por improbidade administrativa imposta por autoridade administrativa	390
160.14 – Direito de defesa	390
160.15 – Execução da pena de demissão antes do julgamento do recurso	390
160.16 – Exigência de sentença judicial ou procedimento administrativo.....	390
160.17 – Fundada em avaliação funcional.....	391
160.18 – Indiciado em gozo de licença especial ou para tratamento de saúde	391
160.19 – Inexigência de sentença judicial na esfera criminal	391
160.20 – Inquérito policial arquivado.....	391
160.21 – Militar estadual. Demissão em PAD. Competência da Justiça comum. Inaplicabilidade do art. 125, § 4.º, da CF/1988.....	391
160.22 – Omissão do servidor da existência de ação penal à qual respondia, pela prática de peculato	392
160.23 – Processo criminal pendente. Exigência ou inexigência de sentença transitada em julgado, como condição para a demissão	392
160.24 – Provento econômico auferido pelo servidor. Irrelevância para efeito de aplicação da penalidade.....	392
160.25 – Reintegração. Absolvção na instância criminal por fato diverso	392
160.26 – Revisão de provas pelo Judiciário	393
160.27 – Servidor público admitido por concurso.....	393
160.28 – Servidor público estável.....	393
160.29 – Servidor público em estágio probatório	393
160.30 – Servidor que já havia sido punido anteriormente pelo mesmo fato	393
160.31 – Servidor que já havia completado tempo para aposentadoria antes da prática de falta disciplinar. Cassação da aposentadoria ou disponibilidade.....	393
160.32 – Servidor anteriormente exonerado. Cassação da exoneração e imposição da pena de demissão	393
160.33 – Cassação de disponibilidade – Efeito de demissão	394

161. DENÚNCIA ANÔNIMA.....	394
161.1 – Não constitui ilegalidade insanável.....	394
162. DISPENSA	394
162.1 – Natureza jurídica.....	394
162.2 – Instauração do processo disciplinar após a dispensa, a pedido, do servidor..	394
162.3 – Servidor em função-atividade. Dispensa <i>ad nutum</i>	394
163. DISPONIBILIDADE.....	395
163.1 – Abandono do cargo por servidor em disponibilidade.....	395
163.2 – Aproveitamento de servidor em disponibilidade.....	395
163.3 – Direito à percepção de vencimentos integrais.....	395
164. DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	395
164.1 – Processo administrativo disciplinar contra magistrado no tribunal a que per- tence.....	395
165. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	395
165.1 – No Conselho Nacional de Justiça. Exigência de votos da maioria absoluta dos seus integrantes	395
166. ERRO NA TIPIFICAÇÃO INICIAL OU NA FUNDAMENTAÇÃO	395
166.1 – Acusado que se defende dos fatos e não da tipificação.....	395
167. EXCESSO DE PRAZO NA CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO	395
167.1 – Alegação de nulidade do processo administrativo	395
168. EXONERAÇÃO	396
168.1 – A pedido de servidor que responde a processo disciplinar	396
168.2 – Ampla defesa e contraditório não assegurados	396
168.3 – Extinção de todos os cargos, com exoneração dos respectivos servidores e criação de outros	396
168.4 – Imposição de pena após a exoneração do servidor	396
168.5 – Natureza jurídica.....	396
169. EXTINÇÃO DE CARGOS.....	397
169.1 – Servidor público concursado exonerado. Inadmissibilidade	397
170. FALTA DISCIPLINAR	397
170.1 – Conceito	397
170.2 – Caracterização	397
171. FALTA RESIDUAL	397
171.1 – Falta residual não compreendida na absolvição pelo juízo criminal.....	397
172. FORMALIDADE E FORMALISMO	397
172.1 – Distinção.....	397
173. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS	397
173.1 – Contraditório e ampla defesa	397
173.2 – Demissão. Servidor público estável.....	398
173.3 – Noções gerais.....	398
174. GREVE.....	398
174.1 – Falta injustificada, sem caracterizar falta disciplinar	398
174.2 – Caracterização de falta disciplinar	399

175. INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS CIVIL, PENAL E ADMINISTRATIVA	399
175.1 – A punição no âmbito disciplinar não depende do processo civil ou criminal	399
175.2 – Absolvição criminal por insuficiência de provas	399
175.3 – Desobrigação da autoridade administrativa de aguardar o despacho na ação civil ou criminal	399
175.4 – Existência de ação penal em curso que não inibe a atuação administrativa...	400
175.5 – Independência das instâncias. Absolvição no crime por inexistência do fato. Afastamento da responsabilidade administrativa	400
175.6 – Investigação isolada nas três esferas (cível, penal e administrativa)	400
175.7 – Repercussão de uma na outra quando inexistente o fato material ou negativa de autoria	400
175.8 – Sentença penal absolutória. Ausência de repercussão no processo administrativo.....	400
175.9 – Suspensão do processo administrativo até o julgamento da ação penal	400
175.10 – Possibilidade de imposição de punição disciplinar à revelia de anterior julgamento no âmbito criminal.....	400
175.11 – Possibilidade de instauração do processo nas três esferas.....	401
176. INDICIADO.....	401
176.1 – Momento em que o indiciamento deve ser efetivado	401
176.2 – Proibição de assistir à inquirição do denunciante	401
177. INQUÉRITO ADMINISTRATIVO	401
177.1 – Disciplina jurídica	401
177.2 – Exoneração	401
178. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA	402
178.1 – Delimitação do campo probatório	402
178.2 – Deferimento diretamente para fins de investigação no âmbito disciplinar	402
178.3 – Prova emprestada produzida na ação penal.....	402
179. INTERROGATÓRIO.....	402
179.1 – Pretensão do servidor ou seu procurador de participar do interrogatório dos demais acusados	402
180. INTIMAÇÃO	402
180.1 – Falta de intimação pessoal do acusado	402
180.2 – Intimação do indiciado acerca do relatório final da Comissão Processante...	402
180.3 – Intimação feita apenas ao advogado.....	402
181. LICENCIAMENTO DO SERVIDOR PARA TRATAMENTO DE SAÚDE	402
181.1 – Possibilidade de instauração de processo administrativo disciplinar contra servidor afastado	402
182. LIMITE DE ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.....	403
182.1 – Impossibilidade de substituir ou modificar penalidade imposta pela autoridade administrativa.....	403
183. LITISPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA.....	403
183.1 – Duplicidade de apuração	403
184. MAGISTRADO	403
184.1 – Abertura do processo disciplinar – <i>quorum</i>	403

184.2 - Afastado das funções. Inadmissibilidade de gozo de férias ou sua conversão em pecúnia e de perceber o terço constitucional	404
184.3 - Afastamento de magistrado que responde à ação penal originária no tribunal	404
184.4 - Afastamento pelo colegiado. Prorrogação do prazo pelo relator.....	404
184.5 - Afastamento pelo Conselho Superior da Magistratura	404
184.6 - Afastamento pelo próprio relator.....	404
184.7 - Afastamento preventivo. Competência do colegiado	404
184.8 - Afastamento. <i>Quorum</i> exigido	405
184.9 - Alegação de existência de decisões contrárias àquela proferida. Não cabimento de sanção disciplinar	405
184.10 - Alegação de imparcialidade do magistrado.....	405
184.11 - Alegação de nulidade em razão do excesso de prazo na conclusão do procedimento.....	406
184.12 - Alteração entre juiz e advogado	406
184.13 - Aposentadoria no curso do procedimento	406
184.14 - Defesa prévia. Faculdade concedida ao investigado	406
184.15 - Delegação de atos instrutórios a juiz de primeira instância	407
184.16 - Demora na tramitação de processo judicial.....	407
184.17 - Direito do magistrado ao duplo grau de jurisdição.....	407
184.18 - Direito do magistrado de oferecer defesa prévia antes da instauração do processo disciplinar (art. 27, § 2.º, da LC 35/1979 - LOMAN)	407
184.19 - Exercício do magistério. Mais de uma atividade docente	408
184.20 - Inaplicabilidade da Lei 8.112/1990 aos magistrados.....	408
184.21 - Independência judicial do magistrado investigado. Relatividade quando ocorra excesso ou abuso.....	408
184.22 - Instauração de procedimento administrativo disciplinar contra magistrado, pela prática de atos judiciais, decorrentes do legítimo exercício da jurisdição	409
184.23 - Julgamento pelo Órgão Especial de tribunal. Participação, no <i>quorum</i> de deliberação, de magistrados ofendidos pelo acusado	410
184.24 - Magistrado que se declara suspeito para julgar a causa. Não cabimento de medida correccional contra ele.....	410
184.25 - Modo ou forma de decidir do magistrado que não importa em falta disciplinar.....	411
184.26 - Não cumprimento de carta precatória	411
184.27 - Participação no julgamento do Corregedor-Geral, que presidiu a sindicância.....	411
184.28 - Prescrição do direito de ação	411
184.29 - Procedimento instaurado no tribunal de origem. Pretensão de revisão antecipada dos atos praticados e de arquivamento liminar pelo CNJ.....	411
184.30 - Revisão disciplinar. Instauração de ofício pelo CNJ.....	412
184.31 - Revisão disciplinar. Necessidade de trânsito em julgado da decisão imposta	412
184.32 - Sessão de julgamento no tribunal para julgamento de magistrado. Pretensão de normatização da participação ou presença de terceiros	412
184.33 - Suspeição do magistrado alegada em juízo. Infração disciplinar inadmissível	412
184.34 - Voto do presidente do tribunal para fins de desempate.....	412

185. MANDADO DE SEGURANÇA	412
185.1 – Início do prazo para impetrar mandado de segurança	412
185.2 – Legitimidade das associações de classe para propor mandado de segurança junto ao CNJ, na defesa dos interesses de alguns de seus associados.....	412
185.3 – Não interrupção do prazo para interpor mandado de segurança na pendência de pedido de reconsideração na via administrativa.....	413
185.4 – Possibilidade de impetração na pendência de recurso administrativo com efeito suspensivo	413
186. MÉRITO ADMINISTRATIVO.....	413
186.1 – Impossibilidade do Poder Judiciário de rever o mérito administrativo	413
187. MILITAR DA RESERVA OU REFORMADO	413
187.1 – Sujeição à pena disciplinar	413
188. MINISTÉRIO PÚBLICO	413
188.1 – Possibilidade de intervenção nos processos administrativos disciplinares.....	413
188.2 – Pretensão de produção de outras provas além das determinadas pelo relator	414
189. MOTIVAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	414
189.1 – Motivação das decisões de natureza disciplinar.....	414
190. NULIDADES	414
190.1 – Agravamento da pena em recurso exclusivo do servidor	414
190.2 – Alegação de nulidade por ausência de manifestação acerca de parecer da assessoria	414
190.3 – Anulação dos próprios atos pela Administração.....	415
190.4 – Anulação de punição pelo Judiciário em razão da aplicação de sanção exacerbada pela autoridade administrativa	415
190.5 – Aproveitamento de prova produzida em outro processo	415
190.6 – Apuração dos fatos pelo Corregedor-Geral da Justiça	415
190.7 – Ausência de intimação para a sessão de instauração da revisão disciplinar...	415
190.8 – Ausência do indiciado e seu defensor à audiência de instrução.....	415
190.9 – Comissão Processante constituída por servidores de grau hierárquico inferior ao do indiciado	415
190.10 – Defensor do indiciado impedido de permanecer na sala de julgamento	416
190.11 – Exigência de prejuízo para o seu reconhecimento	416
190.12 – Imposição de pena disciplinar pela verdade sabida, sem a abertura de sindicância ou de processo administrativo e sem direito de defesa.....	416
190.13 – Intimação feita apenas ao advogado.....	416
190.14 – Portaria inaugural do procedimento. Falta de descrição dos fatos	416
190.15 – Prorrogação motivada do prazo para conclusão dos trabalhos	416
190.16 – Reconhecimento apenas quando cause prejuízo à parte a quem aproveita...	416
190.17 – Revisão Disciplinar. Alegação de ausência de ato específico.....	417
190.18 – Silêncio do acusado considerado como autoacusação ou confissão.....	417
190.19 – Sindicância. Ausência de participação da pessoa investigada	417
190.20 – Termo de compromisso. Ausência	417
190.21 – Testemunhas. Inversão na oitiva	417
190.22 – Testemunhas: Direito de acompanhar a sua inquirição	418
191. ÓRGÃO ESPECIAL DE TRIBUNAL – COMPOSIÇÃO.....	418
191.1 – Convocação de desembargador para participar do julgamento	418

192. PARECER DA ASSESSORIA OU CONSULTORIA JURÍDICA.....	418
192.1 – Acolhimento de parecer como elemento integrador do ato demissório	418
192.2 – Alegação de nulidade por ausência de parecer da assessoria	418
192.3 – Proferido por procurador ou advogado da Administração Pública	418
192.4 – Pretensão do indiciado de manifestar-se sobre parecer da assessoria.....	418
192.5 – Responsabilidade solidária do parecerista com o administrador.....	419
193. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO.....	419
193.1 – Não interrupção do prazo para impetrar mandado de segurança.....	419
193.2 – Efeito suspensivo	419
194. PENA OU SANÇÃO DISCIPLINAR	419
194.1 – Aplicação de pena menos severa pela autoridade administrativa, por determi- nação do Judiciário.....	419
194.2 – Aplicação de pena não prevista em lei	419
194.3 – Aplicação pela verdade sabida.....	419
194.4 – Capitulação diversa da original	419
194.5 – Desproporcionalidade.....	419
194.6 – Imposição após a aposentadoria do servidor	419
194.7 – Imposição, pela autoridade, de pena mais grave do que a sugerida pela Co- missão Processante.....	419
194.8 – Juízo de conveniência e oportunidade no processo disciplinar (aspecto dis- cricionário). Inadmissibilidade.....	420
194.9 – Motivação da pena aplicada	420
194.10 – Prestação de contas ainda não julgada pelo Tribunal de Contas.....	420
194.11 – Princípio da proporcionalidade na aplicação da pena	420
194.12 – Revisão da pena pelo Judiciário. Alegação de injustiça na graduação da pena.....	420
194.13 – Revisão da pena pela autoridade administrativa em processo findo.....	420
194.14 – Revisão da pena em mandado de segurança	421
194.15 – Segunda punição de servidor com base no mesmo processo.....	421
194.16 – Servidor já exonerado	421
194.17 – Vedação ao juiz de examinar a conveniência, a utilidade ou oportunidade do ato praticado, devendo limitar-se à legalidade	421
195. PERÍCIA.....	421
195.1 – Não formulação de quesitos ou indicação de assistente técnico.....	421
196. POLÍCIA MILITAR	421
196.1 – Expulsão. Desproporção entre os pressupostos de fato e seu conteúdo.....	421
197. POLÍCIA RODOVIÁRIO FEDERAL	421
197.1 – Lei aplicável	421
198. PORTARIA INAUGURAL DA SINDICÂNCIA OU DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	422
198.1 – Ausência de descrição dos fatos na portaria inaugural ou de descrição minu- ciosa e individualizada	422
198.2 – Capitulação diversa daquela constante da portaria inaugural	422
198.3 – Dispensa de descrição minuciosa da imputação.....	422
198.4 – Formalidade obrigatória para início de sindicância e do procedimento admi- nistrativo	422

198.5 – Inexigência de excesso de formalismo.....	422
198.6 – Portaria que não descreve qualquer conduta punível	422
198.7 – Requisitos.....	423
199. PRAÇA.....	423
199.1 – Exclusão da força (expulsão e perda da graduação).....	423
200. PRAZO.....	423
200.1 – Para a Administração revogar os próprios atos	423
200.2 – Para conclusão do procedimento disciplinar	423
200.3 – Para impetrar mandado de segurança. Não interrupção do prazo em pedido de reconsideração na via administrativa	423
200.4 – Prorrogação motivada do prazo para conclusão dos trabalhos	423
201. PRECLUSÃO ADMINISTRATIVA	424
201.1 – Irretratabilidade. Impossibilidade de revisão do ato administrativo	424
202. PRESCRIÇÃO DO DIREITO DE AÇÃO	424
202.1 – Critérios	424
202.2 – Demissão de servidor público pela prática de infração penal	424
202.3 – Falta disciplinar definida como crime.....	425
202.4 – Interrupção a partir da instauração do procedimento	425
202.5 – Interrupção a partir da instauração de sindicância como procedimento prévio.....	426
202.6 – Inconstitucionalidade do art. 170 da Lei 8.112/1990, declarada pelo STF	426
202.7 – Marco inicial da prescrição para a Administração.....	426
202.8 – Pedido de reintegração fundado na absolvição criminal	426
202.9 – Prescrição pela pena prevista em abstrato	426
202.10 – Prescrição retroativa na esfera disciplinar	427
202.11 – Termo inicial. Contagem a partir do ato de demissão ou da data em que a autoridade tomou conhecimento da infração	427
202.12 – Termo inicial. A partir do conhecimento dos fatos (CNI).....	427
• 203. PRESCRIÇÃO DA AÇÃO NO ÂMBITO CRIMINAL – REPERCUSSÃO	427
203.1 – Repercussão no âmbito administrativo do reconhecimento da prescrição no âmbito criminal	427
204. PRINCÍPIOS QUE REGEM A ADMINISTRAÇÃO	428
204.1 – Princípio da ampla defesa.....	428
204.2 – Princípio da legalidade	428
204.3 – Princípio da proporcionalidade	428
204.4 – Princípio da publicidade.....	428
205. PROCESSO OU PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.....	428
205.1 – Alegação de demora. Procedimento encerrado. Perda do objeto.....	428
205.2 – Ausência de advogado quando da inquirição de testemunhas.....	428
205.3 – Ausência de desembargador durante pequena parte dos trabalhos.....	429
205.4 – Conclusão do procedimento além do prazo previsto em lei	429
205.5 – Contra magistrado. Desembargador que presidiu sindicância e atuou como relator	430
205.6 – Contra magistrado. Participação no julgamento, dos magistrados ofendidos pelo investigado, para formar o <i>quorum</i> de deliberação.....	430

205.7 – Contra magistrado. <i>Quorum</i> exigido	430
205.8 – Contraditório e ampla defesa. Exigência indeclinável	430
205.9 – Convocação de magistrados do primeiro e do segundo grau para suprir a insuficiência de <i>quorum</i> para a instauração de processo disciplinar contra magistrado	430
205.10 – Dever da autoridade administrativa de instaurar o procedimento para apuração de infração disciplinar	431
205.11 – Distinção entre sindicância e procedimento administrativo disciplinar	431
205.12 – Exame do mérito que ultrapassa o campo da legalidade.....	431
205.13 – Exoneração, a pedido de servidor que responde a processo disciplinar	431
205.14 – Garantias.....	431
205.15 – Indiciado punido com sanção máxima em outro processo disciplinar. Perda do objeto.....	431
205.16 – Instauração após a dispensa, a pedido, do servidor	432
205.17 – Instauração contra funcionário exonerado	432
205.18 – Instauração de ofício contra magistrado (CNI)	432
205.19 – Instauração pela CGJ de tribunal. Delegação de poderes a juízes auxiliares .	432
205.20 – Nulidade em razão do excesso de prazo para a conclusão do procedimento	432
205.21 – Nulidade. Exigência de prejuízo	432
205.22 – Prazo para encerramento e possibilidade de prorrogação	432
205.23 – Prescrição	433
205.24 – Realizado nos presídios	433
205.25 – Relatório da Comissão Processante contrário à prova dos autos. Possibilidade da autoridade decidir em sentido diverso	433
205.26 – Sobrestamento.....	433
205.27 – Testemunhas. Número máximo.....	433
205.28 – Trancamento do processo disciplinar	433
206. PROMOTOR DE JUSTIÇA	434
206.1 – Pena disciplinar. Nulidade do procedimento. Defensor impedido de permanecer na sala de julgamento.....	434
207. PROVA	434
207.1 – Denunciante. Inquirição sigilosa, sem a presença do indiciado	434
207.2 – Gravação de conversa telefônica.....	434
207.3 – Imprecisão de depoimento ou sua contradição com outro	434
207.4 – Indeferimento.....	434
207.5 – Pretensão de produção de provas pelo MP, além das determinadas pelo relator	434
207.6 – Princípio da correlação.....	434
207.7 – Prova emprestada	434
207.8 – Requerimento de produção de prova não atendido.....	435
207.9 – Revisão de provas pelo Judiciário.....	435
208. PUBLICIDADE DOS ATOS NOS ÂMBITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.....	435
208.1 – Pretensão de normatização da participação ou presença de terceiros em sessão administrativa do tribunal	435
209. READMISSÃO.....	435
209.1 – Servidor exonerado a pedido	435

210. RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR NO CNJ.....	435
210.1 – Abuso do direito de reclamar e de denunciar.....	435
210.2 – Alegação de decisões judiciais desfavoráveis. Discussão que deve ser submetida à via recursal própria	436
210.3 – Ausência de indicativos de conduta irregular.....	436
210.4 – Exame dos fatos pelo órgão censor local, que inibe a atuação da Corregedoria Nacional de Justiça	436
210.5 – Inadmissibilidade quando os mesmos fatos já foram investigados pelo órgão censor estadual.....	436
210.6 – Interposição por advogado. Necessidade de instrumento de procuração com poderes específicos	436
210.7 – Meio inidôneo para a obtenção de revisão do processo administrativo.....	437
210.8 – Meio inidôneo para contrastar decisão judicial	437
210.9 – Pretensão de revisão de decisões judiciais.....	437
210.10 – Reiteração de reclamação proposta anteriormente e já arquivada	437
211. RECURSO ADMINISTRATIVO	437
211.1 – Ajuizamento de mandado de segurança antes de interpor recurso administrativo.....	437
211.2 – Fleito suspensivo	437
211.3 – Possibilidade de uso do mandado de segurança, contra omissão da autoridade, ainda que haja recurso administrativo com efeito suspensivo.....	438
212. <i>REFORMATIO IN PEIUS</i>	438
212.1 – Agravamento da pena em recurso exclusivo do servidor	438
212.2 – Anulação do procedimento e imposição de pena mais gravosa	438
213. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO (LEI FEDERAL 8.112/1990).....	438
213.1 – Inconstitucionalidade do art. 170.....	438
214. REINCIDÊNCIA	439
214.1 – Reincidência genérica e específica	439
215. REINTEGRAÇÃO	439
215.1 – Com fundamento no art. 136 da Constituição do Estado de São Paulo. Exigência de que o fato objeto do processo criminal em que ocorreu a absolvição seja o mesmo que deu causa à demissão	439
216. REVISÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR OU DA PENALIDADE IMPOSTA (INCLUSIVE NO CNJ)	439
216.1 – Alegação de ausência de ato específico.....	439
216.2 – Imprecisão de um depoimento ou aparente contradição com outros.....	439
216.3 – Insurgência contra a graduação da pena.....	439
216.4 – Magistrado que apurou irregularidades e as comunicou à Corregedoria-Geral.....	439
216.5 – No CNJ. Pedido de revisão em Procedimento de Controle Administrativo	440
216.6 – Revisão da pena pela autoridade administrativa em processo findo.....	440
216.7 – Revisão do ato que compete à autoridade administrativa e não ao Judiciário	440
216.8 – Revisão de processo disciplinar relativo a servidores do Poder Judiciário. Incompetência do CNJ.....	440
216.9 – Revisão do processo disciplinar antes do trânsito em julgado da decisão.....	440

217. SEMI-IMPUTABILIDADE	440
217.1 – Impossibilidade de retorno ao serviço	440
218. SENTENÇA PENAL ABSOLUTÓRIA.....	441
218.1 – Ausência de repercussão no processo administrativo	441
219. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	441
219.1 – Pena de demissão aplicada a funcionário da serventia. Impossibilidade de controle do CNJ.....	441
219.2 – Pretensão de titular de serventia extrajudicial de reintegração no cargo. Inadmissibilidade do CNJ como instância recursal	441
220. SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA.....	441
220.1 – Falta funcional cometida por escrevente de serventia judicial	441
220.2 – Tabelião, notário ou registrador. Perda da delegação	441
221. SERVIDOR PÚBLICO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO.....	441
221.1 – Inexigência de processo disciplinar. Possibilidade de exoneração.....	441
222. SERVIDOR PÚBLICO ESTÁVEL	442
222.1 – Demissão	442
223. SERVIDOR PÚBLICO EXONERADO	442
223.1 – Desnecessidade de prosseguimento do processo disciplinar.....	442
223.2 – Instauração de processo administrativo visando a demissão.....	442
224. SERVIDOR PÚBLICO DO PODER JUDICIÁRIO	442
224.1 – Procedimento instaurado pelo Juiz Corregedor, na condição de vítima	442
224.2 – Incompetência do CNJ para rever ou fiscalizar decisões dos tribunais em sede disciplinar	442
225. SERVIDOR AFASTADO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE	442
225.1 – Instauração de processo disciplinar durante o afastamento	442
226. SINDICÂNCIA	442
226.1 – Acesso amplo aos elementos de prova por advogado – Inadmissibilidade	442
226.2 – Ausência de participação da pessoa investigada ou de seu procurador	443
226.3 – Caráter dúplice da sindicância	443
226.4 – Descrição precisa dos fatos. Inexigência	443
226.5 – Desnecessidade de observância do contraditório	443
226.6 – Desnecessidade de observância de formalidades	444
226.7 – Dispensa	444
226.8 – Distinção entre sindicância e procedimento administrativo disciplinar	444
226.9 – Extensão do direito de defesa	444
226.10 – Inaplicabilidade da Súmula Vinculante 14 do STF	444
226.11 – Instauração como preparação do processo administrativo	445
226.12 – Instaurada apenas como investigação preliminar. Dispensa de obediência aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Equiparação ao inquérito policial.....	445
226.13 – Instrumento de apuração de falta, de imposição de pena leve e meio preparatório do processo administrativo.....	445
226.14 – Irregularidades na sindicância que não repercutem no processo administrativo.....	445
226.15 – No CNJ. Perda do objeto. Matéria administrativa já decidida pelo Plenário ..	445

226.16 – Prévia. Não obrigatoriedade	446
226.17 – Procedimento meramente preparatório	446
226.18 – Produção de provas. Possibilidade de diferimento para o processo administrativo.....	446
226.19 – Quando se justifica a instauração de sindicância	446
227. SUSPEIÇÃO OU IMPEDIMENTO	446
227.1 – Autoridade que presidiu a sindicância e, posteriormente, participou do julgamento.....	446
227.2 – Exceção. Cabimento.....	446
227.3 – Mera alegação. Ausência de nulidade	446
227.4 – Servidor que realizou as investigações em sindicância e determinou a instauração do PAD	446
228. SUSPENSÃO DO PROCESSO DISCIPLINAR.....	446
228.1 – Suspensão do procedimento administrativo até o julgamento definitivo da ação penal.....	446
229. TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES	447
229.1 – Sujeição do administrador aos motivos que invocou para a aplicação de sanção administrativa.....	447
230. TRANCAMENTO DO PROCESSO DISCIPLINAR	447
230.1 – Alegação de prescrição e nulidade.....	447
231. VERDADE SABIDA.....	447
231.1 – Conceito	447
231.2 – Direito de defesa assegurado.....	447
231.3 – Imposição de pena disciplinar pela verdade sabida. Direito de defesa negado	447
231.4 – Portaria. Desnecessidade.....	448
231.5 – Recepção pela Constituição Federal.....	448
231.6 – Vedação de sua aplicação pelo STF.....	448
• Bibliografia.....	449
Índice Alfabético-Remissivo.....	459